



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2018

Março de 2019



1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2018

Introdução

Nos termos do disposto na alínea d) do art. 22º dos Estatutos desta associação, vem a Direção submeter à apreciação e votação pela Assembleia Geral o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2018.

Ao longo do ano de 2018, a ANEME manteve todo um conjunto de serviços aos associados que decorrem da sua atividade normal, como sejam o apoio jurídico, económico, técnico, fiscal e associativo e outras áreas de atividade empresarial, por via de email, telefone, correio, site ou presencial.

São serviços a que recorrem um número apreciável de associados muito em especial na área jurídico-laboral.

Ao longo do ano de 2018, a ANEME desenvolveu todo um conjunto de projetos ligados à área da internacionalização que se traduziram na participação em feiras e prospeção de novos mercados.

A área do empreendedorismo foi desenvolvida através do projeto MetalEmprende.

Tendo em vista fortalecer a competência das empresas a ANEME promoveu um projeto de Formação-Ação.

A nossa Associação desenvolveu e concretizou também dois outros projetos – Internacionalizar em Português e ExporÁfrica – que visaram a dinamização e incremento da presença económica portuguesa no espaço económico dos países da CPLP, na Argélia e no Gana.

Tendo em vista perspetivar o futuro e dotar as empresas de ferramentas para melhor se inserirem num tecido empresarial em profunda e acelerada mutação, a ANEME iniciou o desenvolvimento do projeto Valor Metal que enquadra a economia digital e economia circular.

Todo este conjunto de projetos tiveram, sempre, - direta ou indiretamente – como destinatários, as empresas do setor, constituindo um serviço à generalidade das empresas do setor.

Ainda na área do serviço às empresas, a ANEME realizou perto de trinta seminários sobre temáticas tão diversas como a área jurídica, laboral, técnica, fiscal, economia circular, ambiente e orçamento do Estado.

Ainda no âmbito dos serviços aos associados, é de salientar a realização dos estudos de Levantamento e Caracterização das Empresas de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

De referir também que continuou a funcionar na ANEME o GIP – Gabinete de Inserção Profissional, cujo contrato celebrado com o IEFP foi prorrogado por mais de três anos.

Este Gabinete articula-se em termos de recrutamento de recursos humanos com o portal do emprego que a ANEME integra.

1. Participações Associativas

Ao longo do ano de 2018, a ANEME manteve a participação nos órgãos sociais das seguintes instituições:

- AFTEM (Associação para a Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais) – assumiu a Vice-Presidência.
- APCER (Associação Portuguesa de Certificação) – foi Vogal do Conselho Fiscal.
- ANREEE (Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos) – foi membro da Direção e assumiu a Presidência da Assembleia Geral desta estrutura associativa.
- CATIM (Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica) – foi Presidente da Mesa do Conselho Geral deste Centro Tecnológico.
- CEDINTEC (Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos) – assumiu a Presidência do Conselho Fiscal do CEDINTEC.
- CENFIM (Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica) – é outorgante do Protocolo que instituiu o CENFIM, sendo membro do seu Conselho de Administração, Comissão de Fiscalização e Conselho Técnico-Pedagógico.
- CIP (Confederação Empresarial de Portugal) – integrou a Direção e o Conselho Geral da CIP.
- CNE (Centro Nacional de Embalagem) – integrou a Direção.
- FENAME (Federação Nacional do Metal) – deteve a Presidência da FENAME.
- IATT (Instituto de Apoio Técnico e Tecnológico) – entidade fundadora, assumindo a Presidência.
- IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) – por via da CIP, manteve um representante no Conselho de Administração.
- PRODUTECH – foi Presidente da Mesa Assembleia Geral até setembro de 2018
- WEEecycle – Associação de Produtores de EEE (Entidade Gestora de Resíduos EEE) – foi membro do Conselho Consultivo.

De referir que a ANEME é membro fundador da ASSOCIAÇÃO POOL NET e da CERTIF (Associação para a Certificação).

A ANEME manteve ainda a representação das empresas portuguesas do setor metalúrgico e eletromecânico nas seguintes organizações internacionais:

- CE-CPLP - Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Vice Presidente da Comissão Executiva; Vice-Presidente da Assembleia Geral e integra em representação de Portugal a Comissão Instaladora do Conselho Económico Social da CPLP
- CEEMET - European Tech & Industry Employers.

2. Projetos

Em 2018, foram desenvolvidos vários projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020, no quadro do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização.

PROJETO CONJUNTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS METALÚRGICAS ELETROMECAÑICAS - 2017/2018 (SISTEMA INCENTIVOS INTERNACIONALIZAÇÃO)

Foi concluído no final de 2018 e teve por objetivo a prospeção de novos mercados emergentes, alternativos e apelativos para as empresas do setor metalúrgico e eletromecânico, permitindo assim o alargamento da sua base e capacidade exportadora e a participação em feiras e certames estratégicos para o setor, designadamente em termos de subcontratação industrial, promovendo a oferta nacional e aumentando a capacidade exportadora do setor no espaço europeu.

Desta forma o projeto teve duas vertentes estratégicas:

1. Prospeção de novos mercados alternativos com oportunidades para o setor, alargando a sua base e capacidade exportadora: missões à Argélia e Gana.
2. Participação em feiras e certames estratégicos para o setor, designadamente em termos de subcontratação industrial, consolidando a presença no mercado, promovendo a oferta nacional e aumentando a capacidade exportadora do setor no espaço Europeu: Midest - Paris, Hannover Mess - Alemanha, Subcontratación - Bilbao, Subcon - Birmingham, Industrie Lyon - França e MetalMadrid - Espanha.

METAL EMPREENDE - 2016/2018 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS - PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL)

O projeto METAL EMPREENDE, desenvolvido em parceria com a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, teve início em 2016 e foi concluído em março de 2018. Visou a implementação de ações de estímulo e motivação para o empreendedorismo, a captação e desenvolvimento de talentos empresariais, apoiando os empreendedores no desenvolvimento de planos de negócios e criação de empresas com sucesso.

Constituíram objetivos estratégicos do projeto:

- A promoção do empreendedorismo qualificado e tecnológico, alinhado com as necessidades reais e específicas de um tecido empresarial estabelecido, que representa potencialmente a base de clientes para os novos negócios/startups;
- Facilitar a criação de novas empresas/startups numa lógica de alinhamento com as necessidades do mercado ao nível do setor metalúrgico e eletromecânico, permitindo-se maior eficácia na abordagem comercial, e consequente aceleração no crescimento destes novos negócios;
- Mobilizar empreendedores tendo em vista a sua seleção para participação num processo de capacitação para o empreendedorismo, onde poderão desenvolver as suas ideias, elaborar o seu plano de negócios e aceder a mentores e potenciais investidores, para a concretização dos seus projetos empresariais.

Este projeto permitiu, na parte respeitante à ANEME, capacitar 16 empreendedores e premiar 6 novas ideias de negócio que resultaram na constituição das respetivas empresas.

PROJETO FORMAÇÃO AÇÃO PARA PME 2017/2019 (PROJETOS CONJUNTOS - FORMAÇÃO-AÇÃO)

O projeto teve início em 2017 e inicialmente estava programado para ser concluído no final de 2018, mas, tendo em vista alcançar um maior grau de realização do mesmo, foi alterada a sua conclusão para Maio de 2019.

Este projeto tem como objetivo promover a qualificação das empresas do setor metalúrgico e eletromecânico, através do fortalecimento das competências dos empresários e seus colaboradores, apoiando as empresas nos seus processos de mudança e inovação, nas áreas da Organização e Gestão. A intervenção assenta numa metodologia de formação-ação, alternando momentos de formação e de consultadoria em contexto organizacional.

Embora o Plano de Intervenção esteja previamente definido, fixando um padrão para a duração das intervenções de formação e consultadoria, as ações a implementar têm sido adequadas aos problemas e oportunidades identificadas no diagnóstico individual de cada PME.

O projeto apoiou, até final de 2018, 26 PME, na área temática Organização e Gestão.

INTERNACIONALIZAR EM PORTUGUÊS - 2016/2018 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS – INTERNACIONALIZAÇÃO)

O projeto Internacionalizar em Português, desenvolvido em parceria com a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, teve início em 2016 e foi concluído em março de 2018. Visou contribuir para um melhor enquadramento das empresas no processo de globalização, dando continuidade aos projetos SIGAME e GLOBAL PME, desenvolvidos anteriormente, e utilizando as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação criadas pelos mesmos.

O objetivo estratégico deste projeto foi potenciar, dinamizar e incrementar a presença económica portuguesa no mercado globalizado, criando mais e melhores condições para o acesso a novos mercados, promovendo a oferta nacional, a internacionalização das empresas, dinamizando o conhecimento de realidades industriais e empresariais de países da CPLP.

Neste sentido, foram sido desenvolvidas várias ações no decorrer do projeto destacando-se:

- A dinamização da Plataforma de Negócios CPLP /SIGAME;
- Realização de visitas institucionais aos países da CPLP, visando o estabelecimento de parcerias estratégicas na Guiné Equatorial e o reforço/consolidação das parcerias já estabelecidas nos outros países da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste);
- Promoção de intercâmbio com entidades do território de Macau e da Namíbia;
- Realização de estudos de investidores/importadores de Angola e Brasil que permitirão identificar o perfil dos mesmos e as necessidades evidenciadas;
- Levantamento e Caracterização das Empresas Industriais e Comerciais, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe bem como de Oportunidades de Negócio;
- Promoção das empresas portuguesas e oportunidades do nosso país nos mercados internacionais, através da realização de roadshows em todos os países da CPLP, missões inversas e participação em feiras internacionais;

- Criação de instrumentos e metodologias para apoiar as empresas na implementação dos seus processos de procura de parceiros em mercados externos nomeadamente na concretização e celebração de parcerias de negócios e realização de workshops na área do procurement.

De referir que em 2018 decorreu uma presença na Feira Internacional de São Tomé e foram concluídos e publicados o “Estudo de Levantamento e Caracterização das Empresas Industriais de São Tomé e Príncipe” e o “Estudo de Levantamento e Caracterização das Empresas Industriais e Comerciais de Guiné Bissau”.

EXPORÁFRICA - 2017/2019 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS - INTERNACIONALIZAÇÃO)

O projeto Expor África - Exploring New African Markets, que se iniciou em 2017 e inicialmente estava previsto ser concluído no final de 2018, foi prolongado até março de 2019, de forma realizar a missão inversa do Gana em Portugal, que, por dificuldades de obtenção de vistos e de conciliação de agendas, não foi possível realizar na data prevista.

Este projeto inscreve-se na estratégia de internacionalização definida pela ANEME para as empresas do setor metalúrgico e eletromecânico, assente na diversificação de mercados de exportação, apostando em novas geografias com potencial de crescimento económico e estabilidade social e política.

Em termos gerais o projeto pretende reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações e a visibilidade internacional dos produtos metalúrgicos e eletromecânicos portugueses na **Argélia** e **Gana**, sendo os seus objetivos estratégicos os seguintes:

- 1) Aumentar o conhecimento das PME do setor metalúrgico e eletromecânico, sobre os mercados da Argélia e do Gana - modos de funcionar, cultura de negócios, oportunidades e necessidades destes mercados;
- 2) Promover a capacitação de um conjunto significativo de empresas no sentido de facilitar abordagens eficazes, sustentadas e fundamentadas, aos canais de distribuição destes países;
- 3) Realizar a prospeção e o engagement para este setor e fortalecer as relações institucionais entre os países, como forma de encurtar o caminho de atuação comercial das empresas portuguesas.

Ao longo do ano 2018 foram realizadas as seguintes atividades, no âmbito dos mercados da Argélia e Gana:

- Edição de estudos e fichas de mercado, preparados ao longo do ano anterior;
- Edição de ferramentas de internacionalização - guias de exportação e fichas de intelligence, preparadas durante 2017;

- Realização, em abril, de dois workshops de apresentação dos mercados;
- Produção de um vídeo promocional do setor nos mercados;
- Visita/missão institucional aos dois mercados, durante as quais foram realizadas conferências sobre “ A Oferta Portuguesa da Metalurgia e Eletromecânica”;
A missão ao Gana (Acra) decorreu de 5 a 8 de junho e a missão à Argélia (Argel) decorreu de 28 a 31 de outubro.
- Realização da missão inversa da Argélia em Portugal com representantes institucionais e opinion makers, do mercado, que decorreu de 26 a 30 de novembro.

VALOR METAL - 2018/2019 (SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS - QUALIFICAÇÃO)

O projeto VALOR METAL que se iniciou em 2018 pretende gerar condições para o desenvolvimento das PME do setor nos novos paradigmas de inovação e competitividade, dotando-as de conhecimento, informação e ferramentas para acelerar a transição para Economia Digital e Economia Circular.

Pretende-se que as iniciativas que integram este projeto atuem como indutoras de novas formas de gestão e organização empresarial, nos processos de produção industrial, ao longo de toda a cadeia de valor e nos próprios produtos, incorporando a digitalização, a circularidade, a ecoeficiência e a inovação como fatores críticos de competitividade no mercado global.

Pelo que são enquadradas várias áreas de intervenção a saber:

- Economia circular:

1. Definição de uma agenda setorial – 2018/2019;
2. Capacitação para a economia circular – 2018/2019;
3. Plataforma marketplace valor metal – 2019

- Ecoeficiência – SIMCA V2 - SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS:

1. Ações de sensibilização, informação e demonstração da plataforma SIMCA – 2018/2019;
2. Desenvolvimento da plataforma SIMCA V2 – 2018/2019;
3. Módulo de análise de dados – SIMCA V2 – 2018/2019.

- Indústria 4.0 – Digitalização:

1. Avaliação do estado de maturidade atual da indústria no que toca à indústria 4.0 – 2018/2019;
2. Identificação dos principais desafios do setor metalúrgico e eletromecânico na indústria 4.0 – 2018/2019;
3. Recomendações e plano de ação na transição para a digitalização do sector – 2019.

- Informação empresarial:

1. Produção de meios de informação (boletim, barómetro e anuário) - 2018/2019;
2. Ações de sensibilização (literacia financeira, gestão de projetos, fiscalidade, apoios e financiamentos ao investimento, proteção e segurança da informação) – 2018/2019.

3. Seminários

Foram realizados 23 seminários dirigidos às empresas associadas, que decorreram nas várias regiões do País, designadamente em Lisboa, Leiria, Marinha Grande, Aveiro, Porto e Évora. Foram envolvidos mais de 450 participantes nos vários eventos realizados.

- ✓ Orçamento do Estado para 2018 - 5 e 9 fevereiro (Lisboa e Leiria)
- ✓ Código dos Contratos Públicos - Novas Alterações - 8 março (Lisboa)
- ✓ O Empreendedorismo como resposta aos desafios competitivos do setor metalúrgico e eletromecânico - 23 março (Leiria)
- ✓ A gestão fiscal dos gastos com o pessoal - 26 março (Lisboa)
- ✓ Novo Regime de Proteção de Dados - 11 abril (Lisboa)
- ✓ Encerramento de contas na perspetiva Fiscal - Modelo 22 - IRC - 18 e 23 abril (Lisboa e Marinha Grande)
- ✓ Curso Básico de Primeiros Socorros - 17 e 18 abril (Lisboa)
- ✓ Curso Passaporte de Segurança - 9 e 10 maio (Lisboa)
- ✓ Sessão de Sensibilização Normas ISO 9001 / ISO 14001 - 6 junho (Lisboa)
- ✓ Mercados Africanos: Aspetos Básicos; Conformidade de Produtos; Organizações Multilaterais - 6 novembro (Lisboa)

No âmbito do projeto Expor África realizámos:

- ✓ Conversas com a Argélia - Projeto ExporÁfrica - 3 abril (AIDA – Aveiro)
- ✓ Conversas com o Gana-Projeto ExporÁfrica - AICEP Portugal Global - 4 abril (Lisboa)
- ✓ Conferência "Negócios entre Portugal e Argélia: oportunidades de cooperação na metalurgia e eletromecânica"- 27 de Novembro no Hotel Tivoli Oriente Lisboa

No âmbito do projeto Valor Metal realizámos:

- ✓ Apresentação da Plataforma SIMCA - 23 e 25 janeiro (Lisboa e Leiria)
- ✓ Apresentação da Plataforma SIMCA - 21 e 27 junho (Lisboa) e 26 junho, no Évora Hotel (Évora)
- ✓ Workshop - “Pensar a Estratégia da Economia Circular para o Setor da Metalurgia e Eletromecânica” - Valor Metal - 29 outubro (Lisboa)
- ✓ Projeto Valor-Metal - Indústria 4.0 e Plataforma SIMCA - 23 novembro - EMAF-Exponor - (Leça da Palmeira)

4. Contratação Coletiva

A Associação, no âmbito do seu Departamento Jurídico, procedeu à elaboração da proposta para revisão do contrato coletivo do setor celebrado entre a FENAME e o SITESE/ SINDEL/ FE e SE e SIMA e integrou a Comissão Negociadora Patronal para revisão daquela convenção.

5. Representação Nacional e Internacional

A nível nacional:

A ANEME manteve os contactos regulares e institucionais com o IAPMEI, AICEP, IEF, CEDINTEC, ISQ, CATIM, CERTIF, APCER, AFTEM, CENFIM e outras entidades públicas e privadas.

No âmbito da CIP a ANEME manteve a sua participação nos grupos de trabalho:

- Grupo de trabalho sobre comércio internacional, através do Departamento dos Assuntos Económicos e Financeiros.
- Observatório das relações coletivas de trabalho, através do Departamento Jurídico.

Acompanhou ainda ao nível do Departamento Técnico:

- Provas de aptidão final, integrando júris em articulação com o CENFIM e outras entidades formadoras (Casa Pia; Escola Profissional Rio Maior).
- Campanha de prevenção de riscos profissionais, na utilização de máquinas e equipamentos de trabalho, em articulação com a ACT.

A nível internacional:

A ANEME acompanhou os trabalhos desenvolvidos ao nível das organizações europeias do setor, em que está filiada, tendo participado nas seguintes reuniões da CEEMET:

- CEEMET - 77th Board of Directors Meeting - Bruxelas, 8 de março
- CEEMET - IER Meeting /Social Dialogue - Bruxelas, 20 de março
- CEEMET - 29th General Assembly - Bruxelas, 31 de maio
- CEEMET - 30th General Assembly - Como - Itália, 27 de setembro
- CEEMET - EU & IER Committee Meeting - Bruxelas, 28 e 29 de novembro

- CEEMET - Social Dialogue Plenary Meeting – Bruxelas, 12 de dezembro

No âmbito da sua filiação na CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, participou nas seguintes reuniões:

- 1ª Conferência Económica do Mercado da CPLP - Maputo - 9 e 10 maio
- Reunião Direção CPLP - Beja - 15 junho
- Assembleia Geral da CPLP - Cabo Verde, Praia - 12 e 15 novembro

Participou ainda nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Centro de Formação Profissional da Metalomecânica, em Moçambique (realizadas em 10 de abril e 4 de dezembro de 2018).

No âmbito do projeto ExporAfrica foram realizadas duas missões institucionais ao Gana e Argélia e uma Inversa da Argélia a Portugal:

- Missão Institucional ao Gana (Acra) - 5 a 8 de junho
- Missão Institucional à Argélia (Argel) - 28 a 31 de outubro
- Missão Institucional Inversa da Argélia a Portugal - 26 a 30 de Novembro

De referir que no âmbito destes encontros bilaterais foram assinados protocolos de colaboração com entidades associativas da Argélia, designadamente com:

- JIL'FCE – Jovens Empresários e Empreendedores do Forum des Chefs d'Entreprise da Argélia;
- BASTP – Bourse Algérienne de Sous-Traitance et de Partenariat da Argélia

6. Missões e Feiras

6.1. Missões Empresarias ao Estrangeiro

Missão Empresarial ao Gana – 5 a 8 de junho

6.2. Feiras Internacionais

A ANEME organizou visitas e/ou promoveu stands coletivos nas seguintes feiras internacionais:

MIDEST PARIS - 26 a 30 de março

VISITA TECNICA MIDEST PARIS - 26 a 30 de março

VISITA TECNICA BIEMH - Bilbao - 28 maio a 1 de junho

METALMADRID – Madrid - 26 e 27 de setembro

VISITA TECNICA METALMADRID – Madrid - 26 e 27 de setembro

FACIM - Feira Internacional de Maputo - Moçambique - 27 de agosto a 3 de setembro

6.3. Feiras Nacionais

A ANEME esteve representada nas seguintes feiras nacionais:

TEKTÓNICA - Feira Internacional da Construção e Obras Públicas - FIL - Lisboa - 16 a 19 de maio

EMAF – Porto - 21 a 24 Novembro

7. Ações de divulgação, apoio às empresas e publicações

No plano da divulgação de legislação e informação relevante para os associados, a ANEME manteve a edição do Boletim “Informa” e do Barómetro do setor, com periodicidade mensal e a distribuição de informações de carácter económico, jurídico, técnico e comercial.

Foram divulgadas durante 2018 as seguintes informações temáticas:

- 7 informações económicas e fiscais
- 27 informações jurídicas
- 4 informações técnica
- 8 informações comerciais
- 3 informações gerais

A ANEME prestou ainda informação e apoio aos associados nas áreas jurídica, laboral, económico-fiscal, técnica (normalização, segurança, qualidade, ambiente e regulamentação industrial, nacional e comunitária), comercial, acesso aos mercados e apoios ao investimento e financiamento.

Continuou ainda a apoiar e acompanhar, através do seu Departamento Técnico, os processos de alvarás e títulos de registo e as ações de licenciamento industrial/ambiental, das empresas associadas.

De salientar que o Departamento Jurídico, ao longo do ano 2018 respondeu por escrito a 894 solicitações de associados, na área jurídica e socio-laboral (representando um acréscimo de 6,3% relativamente às solicitações do ano transato).

Através do novo portal da ANEME, foi disponibilizado todo um conjunto de informações e conteúdos relevantes para as empresas associadas e continuou a ser promovido o setor em termos internacionais, realçando-se o facto de que o portal ANEME teve 54.094 consultas/visitas em 2018.

Através do Portal do Emprego (www.aneme.trabalhando.pt) foi disponibilizado um serviço às empresas do setor que visou agilizar os processos de recrutamento de recursos humanos qualificados e especializados.

O apoio disponibilizado pela ANEME às empresas associadas nesta área foi ainda articulado com o GIP - Gabinete de Inserção Profissional, criado na ANEME em 2015 através de protocolo celebrado com o IEFP, que constitui mais uma ferramenta a utilizar nos processos de recrutamento de trabalhadores.

Quanto a **publicações editadas** durante o ano de 2018, como acima referimos, manteve-se a edição mensal do Boletim “Informa” e do Barómetro do setor, a divulgação de informações técnicas e ainda a difusão através do portal da ANEME de newsletters informativas eletrónicas.

Salientamos ainda a edição das seguintes publicações no âmbito dos vários projetos desenvolvidos ao longo do ano:

- Estudos de mercado setoriais para Argélia e Gana, em formato digital;
- Fichas de mercado da Argélia e Gana, em formato de brochura;
- Guias de exportação para a Argélia e Gana, em formato papel e digital.
- Estudo de Levantamento e Caraterização das Empresas Industriais de São Tomé e Príncipe
- Estudo de Levantamento e Caraterização das Empresas Industriais e Comerciais de Guiné Bissau
- Edição de bolso da versão atualizada do CCT do setor.

Foi ainda produzido um vídeo promocional das capacidades do setor para os mercados do Gana e Argélia

Lisboa, 17 de março de 2019

A DIREÇÃO



2. CONTAS DO EXERCÍCIO 2018

ANEME

Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2018

Março de 2019





Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	6
• Demonstração das Alterações do Fundo Associativo em 31 de Dezembro de 2018.....	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
3. Principais políticas contabilísticas	9
4. Fluxos de Caixa	10
5. Divulgações de Partes Relacionadas	11
6. Ativos Intangíveis.....	12
7. Ativos Fixos Tangíveis	12
8. Custos de Empréstimos Obtidos	15
9. Investimentos em Associadas	15
10. Inventários	15
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	16
12. Rédito.....	16
13. Subsídios do Governo	17
14. Acontecimentos após a data de balanço	18
15. Impostos sobre o rendimento	18
16. Instrumentos Financeiros	19
17. Benefícios dos Empregados	23
18. Informações exigidas por diplomas legais	23
19. Outras informações	23



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

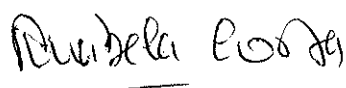
A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

Aneme
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em euros)

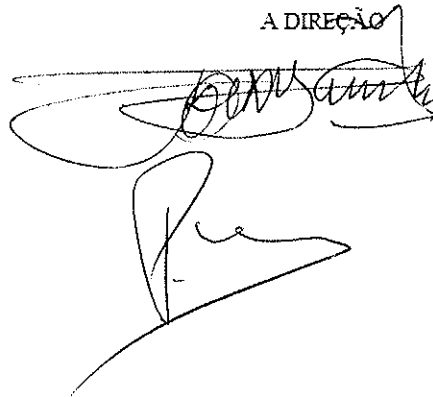
	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	7	656 447,91	667 474,85
Participações financeiras - outros métodos	5/9/16	148 255,76	148 119,36
Total dos Ativos Não Correntes		804 703,67	815 594,21
Cientes	16	229 759,96	196 544,46
Adiantamentos a fornecedores	15	3 000,00	3 000,00
Estado e outros entes públicos	16	2 437,85	1 115,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11 / 16	274 447,62	274 999,81
Outras contas a receber	16	496 469,00	428 652,43
Diferimentos	19	14 499,00	10 500,56
Caixa e depósitos bancários	4	20 872,33	24 434,89
Total dos Ativos Correntes		1 041 485,76	939 247,41
		1 846 189,43	1 754 841,62
Fundo Associativo			
Fundo Associativo	19	323 735,57	323 735,57
Resultados transitados	19	75 553,48	73 399,39
Outras variações nos fundos patrimoniais		50 000,00	50 000,00
Resultado líquido do exercício		2 095,12	2 154,09
Total dos Capitais Próprios		451 384,17	449 289,05
Passivo			
Financiamentos obtidos	16	205 000,00	190 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		205 000,00	190 000,00
Fornecedores	16	664 437,60	699 789,21
Estado e outros entes públicos	15 / 16	42 408,56	60 093,88
Financiamentos obtidos	16	264 348,58	239 863,51
Outras contas a pagar	16	181 315,62	115 805,97
Diferimentos	28	37 294,90	-
Total dos Passivos Correntes		1 189 805,26	1 115 552,57
Total do Passivo		1 394 805,26	1 305 552,57
		1 846 189,43	1 754 841,62

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Aneme

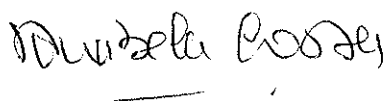
**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

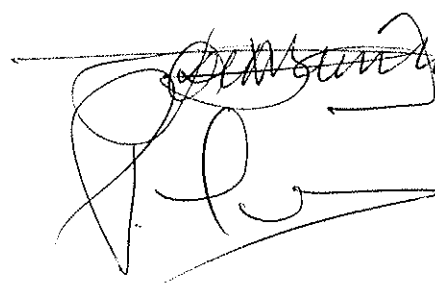
	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas e Serviços Prestados	12	374 192,90	486 883,72
Subsídios, doações e legados à exploração	13	505 426,52	514 610,05
Fornecimentos e serviços externos	19	(866 013,32)	(701 213,95)
Gastos com o pessoal	17	(411 324,11)	(417 901,36)
Outros rendimentos e ganhos	12 + 19	497 903,39	240 849,54
Outros gastos e perdas	19	<u>(59 660,72)</u>	<u>(76 906,26)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40 524,66	46 321,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	<u>(11 026,94)</u>	<u>(14 146,56)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29497,72	32 175,18
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	8	<u>(20 209,28)</u>	<u>(24 544,12)</u>
Resultado antes de impostos		9 288,44	7 631,06
Imposto sobre o rendimento do período	15	<u>(7 193,32)</u>	<u>(5 476,97)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>2 095,12</u></u>	<u><u>2 154,09</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Aneme

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

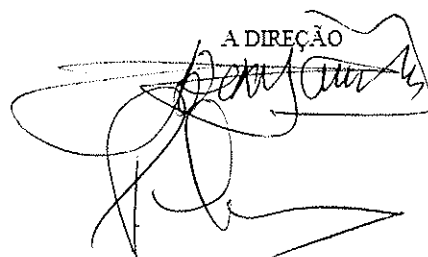
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 000 917,27	866 932,43
Pagamentos a fornecedores		(1 269 558,22)	(659 620,26)
Pagamentos ao pessoal		(374 422,70)	(395 064,55)
Caixa gerada pelas operações		(643 063,65)	(187 752,38)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		5 476,97	1 246,22
Outros recebimentos/pagamentos		502 429,18	193 959,47
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(135 157,50)	7 453,31
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10	(136,40)	-
		(136,40)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	10	119 000,00	-
Dividendos		4 524,64	2 368,92
		123 524,64	2 368,92
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		123 388,24	2 368,92
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		532 891,07	431 018,69
		532 891,07	431 018,69
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(493 406,00)	(417 500,00)
Juros e gastos similares		(31 278,37)	(18 100,90)
		(524 684,37)	(435 600,90)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		8 206,70	(4 582,21)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3 562,56)	5 240,02
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		24 434,89	19 194,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 872,33	24 434,89

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rubela Costa

A DIREÇÃO



Aneme

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Fundo Associativo	Resultados transitados	Outras variações no Fundo Associativo	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2018</i>	1	<u>Notas</u>	323 735,57	73 399,39	50 000,00	2 154,09	449 289,05
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	2 154,09	-	(2 154,09)	-
	2		-	2 154,09	-	(2 154,09)	-
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3					2 095,12	2 095,12
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3					(58,97)	2 095,12
Operações com detentores de capital próprio	5		-	-	-	-	-
<i>Posição no Fim do Período 2018</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5		323 735,57	75 553,48	50 000,00	2 095,12	451 384,17

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2017

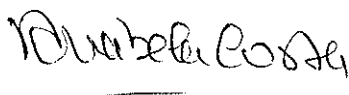
(Valores expressos em euros)

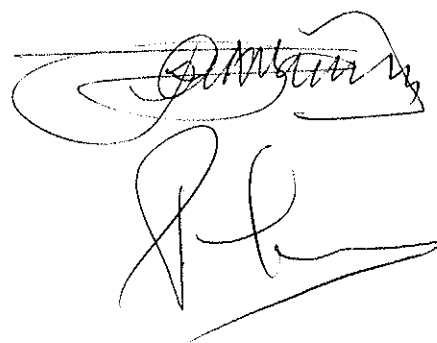
			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Fundo Associativo	Resultados transitados	Outras variações no Fundo Associativo	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2017</i>	1	<u>Notas</u>	323 735,57	71 682,01	0	1 717,38	447 134,96
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	1 717,38	-	(1 717,38)	-
	2		-	1 717,38	-	(1 717,38)	-
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3					2 154,09	2 154,09
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3					436,71	2 154,09
Operações com detentores de capital próprio	5		-	-	-	-	-
<i>Posição no Fim do Período 2017</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5		323 735,57	73 399,39	50 000,00	2 154,09	449 289,05

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





ANEME
Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

Março de 2018

1. Nota introdutória

A Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas - ANEME, com o Número de Identificação Fiscal 500949220, é uma Associação de Empregadores constituída em 1960 e tem por objectivo a representação, defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus associados, junto da administração e poderes públicos, parceiros sociais e UE.

A ação da ANEME desenvolve-se junto aos seguintes subsectores de atividade:

- Indústrias básicas do ferro e do aço;
- Fundição de ferrosos e não ferrosos;
- Fabricação de produtos metálicos;
- Fabricação de máquinas e equipamentos;
- Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos;
- Fabricação de material de transporte;
- Fabricação de mobiliário metálico;
- Entre outras indústrias transformadoras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da ANEME foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36/2011 de 30 de Março, e aplicam-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que nas notas aplicáveis abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ANEME são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais". para todos os outros saldos/transações.


-9-



4. Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxos de caixa referente ao exercício de 2018, foi preparada pelo método direto, conforme exigida pela NCR12, pretendendo-se deste modo, detalhar as quantias dos meios financeiros líquidos constantes do balanço e da DFC.

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a:

- (a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente; e
- (b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam, IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções efetuadas e outros encargos devidos pela própria Associação mas que não lhes sejam pagos.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor bruto sendo as inerentes retenções de impostos registadas em rubrica apropriada de impostos sobre o rendimento da sociedade.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são registados à taxa de câmbio da data do fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira são relatados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de reconciliar os valores inicial e final de caixa e equivalentes.

Não são relatadas operações que não envolvam diretamente fluxos de caixa (p.ex. operações de locação financeira, permutas de ativos, conversão de passivos em capital, recebimentos ou pagamentos realizados por terceiros por conta da sociedade).

Nas transações que sejam liquidadas por recurso a outros itens para além de caixa e equivalentes apenas são relatados os movimentos de caixa e equivalentes.

Os pagamentos ou recebimentos relacionados com impostos sobre o rendimento da Associação são apresentados como atividade operacional.

Os dividendos e juros recebidos relacionados com investimentos financeiros são apresentados como atividade de investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários que não sejam considerados financiamentos.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

-10-



Saldos de Caixa e Equivalentes a 31 de Dezembro de 2018

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Caixa	300,14	183,60
Depósitos à ordem	20 572,19	24 251,29
	<u>20 872,33</u>	<u>24 434,89</u>

5. Divulgações de Partes Relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

Partes relacionadas:

Referência	Denominação	% capital	Obs.
Associadas	Aftem - Associação para Formação Tecnológica de Eng. Mecânica e Materiais	50,00%	

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos pendentes e transações mantidos com partes relacionadas foram como segue:

<u>Transações</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Prestação de serviços	-	-
Rendas Obtidas	-	-
Outras Receitas	-	-
<u>Saldos</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Prestações suplementares	82 301,66	82 301,66



6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Software	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-17
Software	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	-	21 362,87

	Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Depreciações Acumuladas					
Software	21 362,87	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	21 362,87

	Saldo em 01-Jan-17	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-17
Depreciações Acumuladas					
Software	21 362,87	-	-	-	21 362,87
	21 362,87	-	-	-	21 362,87

7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

De acordo com a NCRF 6, alguns intangíveis (no caso de software de computadores) poderão estar contidos numa substância física tal como um disco compacto, e nessas circunstâncias a entidade terá de usar o seu juízo de valor para avaliar se estes serão de tratar segundo a NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis ou segundo a NCRF 6 de acordo com o seu elemento mais significativo.

É entendimento da Associação que quando o software adquirido faça parte integrante do equipamento e que este não funcione sem esse software específico será de tratar como activo fixo tangível. Se pelo contrário, o software não for parte integrante do hardware respectivo, então é tratado como um activo intangível.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Terrenos e Recursos Naturais	284 489,73	-	-	-	-	284 489,73
Edifícios e outras construções	400 787,38	-	-	-	-	400 787,38
Equipamento básico	2 441,75	-	-	-	-	2 441,75
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	222 456,00	-	-	-	-	222 456,00
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,55	-	-	-	-	49 739,55
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>1 003 776,21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 003 776,21</u>

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-17
Terrenos e Recursos Naturais	284 489,73	-	-	-	-	284 489,73
Edifícios e outras construções	400 787,38	-	-	-	-	400 787,38
Equipamento básico	2 441,75	-	-	-	-	2 441,75
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	222 711,08	970,47	(1 225,55)	-	-	222 456,00
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,55	-	-	-	-	49 739,55
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>1 004 031,29</u>	<u>970,47</u>	<u>(1 225,55)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 003 776,21</u>

	Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-18
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24 638,92	8 057,22	-	-	32 696,14
Equipamento básico	1 930,83	-	-	-	1 930,83
Equipamento de transporte	43 861,80	-	-	-	43 861,80
Equipamento administrativo	216 130,25	2 969,72	-	-	219 099,97
Outros ativos fixos tangíveis	49 739,56	-	-	-	49 739,56
	<u>336 301,36</u>	<u>11 026,94</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>347 328,30</u>

	Saldo em 01-Jan-17	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-17
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	16.581,70	8.057,22	-	-	24.638,92
Equipamento básico	1.930,83	-	-	-	1.930,83
Equipamento de transporte	43.861,80	-	-	-	43.861,80
Equipamento administrativo	211.266,46	6.089,34	(1.225,55)	-	216.130,25
Outros ativos fixos tangíveis	49.739,56	-	-	-	49.739,56
	<u>323.380,35</u>	<u>14.146,56</u>	<u>(1.225,55)</u>	<u>-</u>	<u>336.301,36</u>

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, atendendo ao princípio da especialização do exercício, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

O total de custos com empréstimos obtidos levados a gastos durante o período de 2018 foi 20.209,28€ e em 2017 de 24.544,12€

9. Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Associação tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial', exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a ANEME, caso em que é utilizado o método do Custo.

Nos restantes investimentos, quando a Associação não tem o poder de exercer controlo ou influência significativa, é utilizado o método do Custo.

A Associação detém uma participação de 50% na AFTEM – Associação para Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais, sediada em Portugal, que, muito embora lhe confira influência significativa, não está contabilizada pelo método da equivalência patrimonial mas sim pelo método do custo. Isto porque se trata de uma associação e estas organizações prosseguem fins não lucrativos, sendo-lhes por isso vedada a distribuição de resultados.

Investimentos em empresas associadas	Sede	% participação	Partes de capital	Saldo em 31-Dez-18
AFTEM	Portugal	50%	27 618,94	27 618,94
			27 618,94	27 618,94

A ANEME tem empréstimos concedidos à AFTEM em forma de prestações suplementares no valor de 82.301,66€ (para complementação de informação ver nota 5)

10. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local atual.





Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Mercadorias	3 132,59	3 132,59
	3 132,59	3 132,59
Perdas por imparidades de inventários	-3 132,59	-3 132,59
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os bens incluídos no inventário de mercadorias são essencialmente livros de natureza técnica disponíveis para venda aos seus associados.

Após análise aos inventários detidos pela empresa verificou-se que os livros técnicos disponíveis para venda estão obsoletos e desactualizados, pelo que será inexequível a sua comercialização. Por este motivo, a Associação decidiu, conforme prescreve o normativo, contabilizá-los pelo Valor Realizável Líquido, criando nesse sentido uma perda de imparidade pelo valor total.

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Ativo	<u>31-Dez-18</u>		<u>31-Dez-17</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Quotas	-	274 447,62	-	274 999,81
	<u>-</u>	<u>274 447,62</u>	<u>-</u>	<u>274 999,81</u>

12. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.



A Quantia Reconhecida por Categorias de Rébito nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2018			2017		
	Mercado Interno	Outros Mercados	Total	Mercado Interno	Outros Mercados	Total
Vendas de bens	-	-	-	580,24	-	580,24
Prestação de serviços	374 192,90	-	374 192,90	486 303,48	-	486 303,48
Subsídios, doações e legados à exploração	505 426,52	-	505 426,52	514 610,05	-	514 610,05
Outros Rendimentos e Ganhos	492 747,62	-	492 747,62	237 074,16	-	237 074,16
Dividendos	4 524,64	-	4 524,64	2 368,91	-	2 368,91
Outros rendimentos	631,13	-	631,13	1 406,47	-	1 406,47
	1 377 522,81	-	1 377 522,81	1 242 343,31	-	1 242 343,31

13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no capital próprio exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de projeção profissional e associativa, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Instituição reconheceu rendimentos relativos a Subsídios à Exploração decorrentes dos seguintes projectos:

Nota 36 - Subsídios

	2018	2017
Internacionalização	5 700,00	27 171,16
Internacionalizar Português	15 914,64	102 661,80
Metal Empreende	9 705,74	78 578,58
Expoáfrica	199 054,64	113 000,00
Valor Metal	254 324,75	-
MOVE	4 357,11	11 692,05
INFORCOMPETE	-	163 713,62
Outros subsídios	16 369,64	17 792,84
	505 426,52	514 610,05

14. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

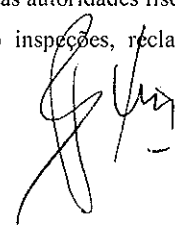
15. Impostos sobre o rendimento

A Associação, em virtude de não exercer a título principal atividades de tipo comercial, industrial ou agrícola, beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao abrigo do artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que respeita à obtenção de rendimentos provenientes das atividades de natureza associativa.

Os restantes rendimentos estão sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa geral de 21%, sobre a matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos de natureza não associativa e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou



impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs.	31/dez/18	31/dez/17
Resultado líquido do exercício (actividade tributável)		24 945,42	25 620,34
Gasto / rendimento de:			
Imposto Corrente		7 193,32	5 476,97
Imposto Diferido			
Resultado antes de imposto	1	32 138,74	31 097,31
Variações patrimoniais	2		
Diferenças permanentes			
A acrescentar:	3	0,00	31,63
A deduzir:	4	0,00	0,00
Diferenças temporárias			
A acrescentar:	5		
A deduzir	6		
Lucro actividade comercial	7		
Lucro (prejuízo fiscal)	8 = 1+2+3-4+5-6+7	32 138,74	31 128,94
Dedução de perdas fiscais	9	0,00	6 178,48
Matéria colectável	10=8-9	32 138,74	24 950,46
Colecta	11	7 042,79	5 364,35
Benefícios por dedução à colecta	11		
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	12	150,52	112,62
Imposto sobre o rendimento do período	15=10-11+12+13+14	7 193,31	5 476,97
Taxa de imposto aplicável	16=15/7	22,38%	17,59%
Taxa média efectiva de imposto	17=15/(1+2)	22,38%	17,61%

16. Instrumentos Financeiros

16.1. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.




Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	-	471 887,86	-	414 709,34
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores	-	6,37	-	476,84
Outros Devedores	-	24 574,77	-	13 466,25
	-	496 469,00	-	428 652,43
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	496 469,00	-	428 652,43

Nos valores referentes a rubricas de devedores por acréscimos de rendimentos estão incluídos os subsídios a receber no âmbito dos vários projetos desenvolvidos pela ANEME que foram reconhecidos no exercício (para mais informações consultar nota 13).

16.2. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

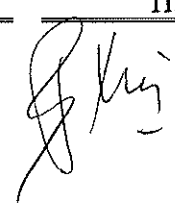
Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores conta corrente	664 437,60	-	699 789,21	-
	664 437,60	-	699 789,21	-

No saldo de 2018, importa salientar a entidade CENFIM – Centro Formação Profissional da Indústria Metal Mecânica, que representa cerca de 62% dos créditos a pagar aos fornecedores, e que respeita a serviços sub-contratados no âmbito de diversas ações técnicas de formação em Angola para a SONAMET.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	55 544,25	-	59 639,40
Outros Credores	-	125 712,52	-	53 886,28
Clientes	-	33,10	-	80,00
Pessoal	-	25,75	-	2 200,29
	-	181 315,62	-	115 805,97





O saldo de credores por acréscimos de gastos corresponde essencialmente às responsabilidades assumidas pela Associação com férias e subsídios de férias dos seus funcionários, calculadas com base nas remunerações dos trabalhadores previstas para o ano seguinte, bem como despesas ocorridas com prestações de serviços ainda não faturadas.

16.3. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Financiamento bancário (i)	205 000,00	204 348,58	190 000,00	164 863,51
Outros empréstimos (ii)		60 000,00		75 000,00
	205 000,00	264 348,58	190 000,00	239 863,51

- (i) A Associação tem a 31 de Dezembro três contas correntes contratadas com três instituições de crédito distintas de forma a poder fazer face a necessidades de tesouraria, à qual estão associadaas as seguintes taxas:

- Millennium BCP - conta corrente à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 5%
- CGD - conta corrente à taxa Euribor a 3 meses. TAN de 3,95% e spread de 3,95%
- BPI - conta caucionada à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 3,75%.
- Millennium BCP – Linha de crédito para financiamento sob a forma de empréstimo (apresentação de faturas de despesa do Projeto Move – Formação Ação) à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de spread 2,75%

- (ii) Encontra-se registada em rubrica de outros financiadores um empréstimos a curto prazo com juros associados à taxa de 4% ao ano.

16.4. Investimentos Financeiros noutras empresas

A associação detém diversas participações no capital de outras empresas que não lhe confere o poder de exercer controlo ou influência significativa.



Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018, os saldos apresentam-se como segue:

Investimentos em Outras Empresas	Partes de capital
Apcer, S. A.	3 859,80
Biomassa	2 493,99
Catim	4 987,98
Apcer - Associação	2 244,59
Certif	7 500,00
Immas	498,80
ANREEE	5 000,00
Cefamel - Poolnet	500,00
Produtech	5 000,00
Cedintec	2 500,00
	34 585,16

Refira-se que, no último exercício, a Associação obteve rendimentos relacionado com a participada APCER no valor de 4.524.64€ e em 2017 de 2.368.91€.

De referir igualmente que a Associação tem um empréstimo concedido à Produtech no valor de 3.750,00€.

16.5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Ativo	31-Dez-18	31-Dez-17
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	2 437,85	1 115,26
	<u>2 437,85</u>	<u>1 115,26</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	18 578,26	38 445,14
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	9 708,80	8 925,59
Segurança Social	14 121,50	12 723,15
	<u>42 408,56</u>	<u>60 093,88</u>



17. Benefícios dos Empregados

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	339 672,83	345 489,37
Encargos sobre remunerações	66 113,09	68 227,23
Seguros	1 609,53	2 121,95
Outros gastos com pessoal	3 928,66	2 062,81
	411 324,11	417 901,36

O número médio de empregados da Instituição no exercício de 2018 foi 12, mantendo-se o número de 2017.

18. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n° 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras informações

19.1. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2018 o Fundo Associativo da organização cifrava-se em 323.735,57€.

19.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	4 701,83	1 070,06
Quotas pagas antecipadamente	306,76	306,76
Outros gastos a reconhecer	9 490,41	9 123,74
	14 499,00	10 500,56
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	28 975,00	-
Rendas	8 320	-
	37 294,90	-

20

19.3. Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

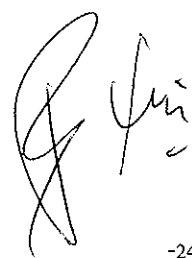
	2018	2017
Rendimentos suplementares	8 700,00	679,83
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	90 478,41	10 000,00
Juros e dividendos Obtidos	4 524,64	2 368,91
Outros rendimentos e ganhos	394 200,34	227 800,80
	497 903,39	240 849,54

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, cerca de 97% do saldo respeita a recuperação de despesas pagas pela ANEME, mas que são referentes a gastos comuns das ações empresariais e projetos desenvolvidos pela Associação no exterior com o objectivo de potenciar negócios entre empresas portuguesas e estrangeiras.

19.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Serviços especializados	662 961,45	468 292,57
Materiais	9 792,18	11 266,13
Energia e fluidos	2 429,71	2 991,33
Deslocações, estadas e transportes	91 508,08	83 976,69
Serviços diversos	99 321,90	134 687,23
donde Rendas e Alugueres	58 183,04	98 571,00
donde Comunicação	17 439,09	15 820,46
donde Seguros	7 951,57	7 317,87
donde Contencioso e Notariado	2 492,03	148,28
donde Despesas Representação	3 924,90	4 033,20
donde Limpeza, Higiene e Conforto	9 289,13	8 733,02
donde Outros	42,14	63,40
	866 013,32	701 213,95



19.5. Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	2018	2017
Impostos	4 748,65	6 264,39
Outros gastos e perdas	54 912,07	70 641,87
	<u>59 660,72</u>	<u>76 906,26</u>

Na rubrica de outros gastos e perdas de realçar que cerca de 75% respeitam a despesas pagas de quotizações associativas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Amabela Costa

A DIREÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.846.189,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 451.384,17 euros, incluindo um resultado líquido de 2.095,12 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



- * comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 25 de março de 2019



J. CAMILO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 147

Registada na C.M.V.M. com o número 20161458

representada pelo sócio

Joaquim Pereira da Silva Camilo

ROC n° 829

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº. 60

Em cumprimento do estipulado no artigo 26º, alínea b) dos Estatutos, reuniu na sede da ANEME, no dia vinte e cinco de março, de dois mil e dezanove, o Conselho Fiscal, estando presentes os membros em exercício, a fim de emitir o seu parecer sobre o "Relatório e Contas" da Direção, referente ao exercício de dois mil e dezoito.

Depois de analisar os elementos contabilísticos e apreciar o Relatório de Auditoria, verificámos que as Demonstrações Financeiras apresentadas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis e refletem a situação financeira da ANEME.

Somos, pois, de parecer que sejam aprovados, em Assembleia Geral, o Relatório e Contas referentes a este Exercício, bem como a proposta da Direção de aplicação de resultados, manifestando o nosso agradecimento à Direção e aos Serviços da Associação pela colaboração e trabalho dispensado na elaboração dos elementos apreciados.

E para que conste se lavra a presente ata que vai ser assinada pelos presentes.



ELECTRO PORTUGAL, LDA

Rep. por: Paulo Dinis Rodrigues Fatia



MICRONORMA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAMENTAS, SA

Rep. por: Maria Helena Pereira Filipe



HENRIQUES & HENRIQUES, SA.

Rep. por: João Saúl Pereira Henriques